

INFORMAÇÕES GERAIS

Título:

Painel de Monitoramento de Litigância Predatória

Unidade de Implantação:

Núcleo de Aceleração de Projetos da Corregedoria Geral da Justiça - NAPCGJ

Data de Implantação:

24/05/2023

Palavras-chave:

Painel de Monitoramento de Litigância Predatória SEI 23.0.000039356-8

Beneficiários:

Magistrados, Servidores e Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

EQUIPE

Informar o nome dos responsáveis e autores (integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí) pela prática com seus respectivos contatos (CPF, e-mail e telefone). O número de membros da equipe não pode ser superior a 10 (dez).

Antonio Waldo Divino Junior (CPF 00031566308, leandro.sampaio@tjpi.jus.br, 86 981743271)
Leandro Rodrigues Sampaio (CPF 01747395323, leandro.sampaio@tjpi.jus.br, 86 998352220)
Sávio Mota Carneiro (CPF 01989301355, savio.mota@tjpi.jus.br, 86 981743271)

Parceiros:

Processo Judicial Eletrônico - PJe

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÁTICA

Qual(is) finalidade(s) sua prática se encontram em consonância com o Art. 4º Provimento Conjunto 88/2023:

A- Estar alinhada ao Plano de Gestão e/ou Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Piauí:

Sim

B- Aprimorar algum processo de trabalho do Tribunal:

Sim

C- Agilizar a prestação jurisdicional:

Sim

D- Promover a satisfação do jurisdicionado:

Sim

E- Servir de referência para aplicação em outros órgãos públicos:

Sim

F- Contribuir com as práticas sociais, a sustentabilidade, a otimização de despesas e outros aspectos significativos aos serviços:

Não

Caso responda "sim" ao item F, na última hipótese elencada, cite o aspecto significativo:

-

Qual(is) o(s) eixo(s) temático(s) do Art. 2º, §2º Provimento Conjunto 88/2023 e do Portal de Boas Práticas do CNJ?

A- Gestão processual:

Sim

B- Transparência:

Não

C- Planejamento e Gestão Estratégica:

Não

D- Desburocratização:

Não

E- Gestão Documental:

Não

F- Gestão de Pessoas:

Não

G- Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação:

Não

H- Conciliação e Mediação:

Não

I- Combate à Violência Doméstica:

Não

J- Sistema Carcerário, Execução Penal e Medidas Socioeducativas:

Não

L- Acesso à Justiça:

Não

M- Gestão orçamentária:

Não

N- Auditoria:

Não

O- Sustentabilidade e Meio Ambiente:

Não

P- Acessibilidade:

Não

Q- Combate ao assédio e à discriminação:

Não

R- Cooperação Judiciária Nacional:

Não

S- Previdência e Assistência Social:

Sim

T- Infância e Juventude:

Não

U- Povos e Comunidades Tradicionais:

Não

V- Justiça Restaurativa:

Não

W- Justiça e Cidadania:

Não

Y- Saúde:

Não

Descrição resumida da prática:

Disponibilizar aos Magistrados, Servidores do 1º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí Painel de Monitoramento de Litigância Predatória, com base nas informações constantes do Processo Judicial Eletrônico - PJe, possibilitando o aumento da eficiência da gestão da informação processual das unidades judiciárias do 1º grau de jurisdição e da Corregedoria Geral da Justiça.

Identificação do problema:

Premente necessidade das Unidades Judiciárias e da Corregedoria Geral da Justiça de obter informações sobre litigância predatória, com base nas informações constantes do Processo Judicial Eletrônico - PJe do 1º grau, com a possibilidade de aplicação de filtros e agrupamentos para subsidiar suas ações.

Necessidade de observar a DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7 Regulamentar e promover práticas e protocolos para o combate à litigância predatória, preferencialmente com a criação de meios eletrônicos para o monitoramento de processos, bem como transmitir as respectivas informações à Corregedoria Nacional, com vistas à alimentação de um painel único, que deverá ser criado com essa finalidade..

Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução CNJ 325/2020)

Sistema de Estatística do Poder Judiciário (Resolução CNJ 76/2009)

Metodologia (passo a passo):

Para a execução do projeto Painel de Monitoramento de Litigância Predatória, serão realizadas, em resumo apertado, as seguintes atividades: acesso às informações prisionais constantes do Processo Judicial Eletrônico - PJe, processamento e classificação das informações, criação de filtros. Com as informações já qualificadas, disponibilizar as informações aos Magistrados, Servidores e Unidades Judiciárias do 1º grau de jurisdição e Corregedoria Geral da Justiça.

Descrição da iniciativa detalhadamente (nesse campo, espera-se que seja realizado o detalhamento da implementação da prática, para que ela seja passível de replicação por outros Tribunais, para demonstrar todas as atividades e ações que contribuíram para o alcance do objetivo proposto):

Acesso às informações - Viabilizar o acesso as informações constantes do Processo Judicial Eletrônico - PJe

Classificação, filtros e gráficos - Processar e classificar as informações e Criar filtros e gráficos.

Divulgação e encerramento do projeto - Divulgação e Encerramento do projeto.

Recursos utilizados (equipamento, orçamento, sistemas utilizados):

Não possui custos diretos. Dados disponíveis no Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Resultados e benefícios alcançados:

Painel de Monitoramento de Litigância Predatória, com base nas informações constantes do Processo Judicial Eletrônico - PJe do 1º grau, disponível em <https://bi.tjpi.jus.br/>

Lições Aprendidas:

A disponibilização de informações judiciais relativas a litigância predatória são indispensáveis para o aumento da eficiência da gestão da informação processual das unidades judiciárias e da própria Corregedoria Geral da Justiça.

Dificuldades encontradas:

Não há.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Rodrigues Sampaio**, Servidor TJPI, em 31/08/2023, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Mota Carneiro**, Servidor TJPI, em



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4666270** e o código CRC **2D515650**.
